Tania Mahl

**ESTUDO TÉCNICO SOBRE OS RECURSOS HUMANOS NECESSÁRIOS PARA O ATENDIMENTO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE ITAIPULÂNDIA-PR**

**Sumário**

[INTRODUÇÃO 2](#_Toc202798181)

[**CONCEITO DE EQUIPES DE REFERÊNCIA** 2](#_Toc202798182)

[**O QUE SÃO FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS REFERENCIADOS?** 3](#_Toc202798183)

[COMPOSIÇÃO DAS EQUIPES DE REFERÊNCIA E NÍVEIS DE PROTEÇÃO SOCIAL 4](#_Toc202798184)

[O PAPEL DOS GESTORES NA GARANTIA DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS 6](#_Toc202798185)

[ESTUDO TÉCNICO SOBRE MÃO DE OBRA NECESSÁRIA PARA O ATENDIMENTO A POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL 7](#_Toc202798186)

[DIAGNÓSTICO DA POPULAÇÃO 7](#_Toc202798187)

[**DADOS ESTATÍSTICOS RELEVANTES** 8](#_Toc202798188)

[Análise da rede de serviços 25](#_Toc202798189)

[Proteção Social Básica 26](#_Toc202798190)

[Proteção Social Especial de Media e Alta Complexidade. 27](#_Toc202798191)

[EQUIPE DE PROFISSIONAIS ATUAL ATENDENDO NA POLÍTICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ITAIPULÂNDIA: 30](#_Toc202798192)

[EQUIPE DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA 39](#_Toc202798193)

[EQUIPE DE PROFISSIONAIS MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE: 52](#_Toc202798194)

[Cálculo da demanda por Equipe: 59](#_Toc202798195)

[CONCLUSÃO 66](#_Toc202798196)

[REFERÊNCIAS 66](#_Toc202798197)

# INTRODUÇÃO

Com a promulgação da Constituição de 1988, e o reconhecimento da assistência social como política pública, surge a necessidade de consolidá-la em âmbito nacional, integrando benefícios e serviços, em detrimento de ações fragmentadas e de cunho assistencialista.

O caminho percorrido desde então, possibilitou a construção de todo o aparato jurídico, tendo como marco a Lei nº 8742/1993 – Lei Orgânica da Assistência Social e, posteriormente, a Política Nacional de Assistência Social e a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS.

Esse arcabouço legal deixa claro que um dos eixos que estrutura o SUAS é a Política de Recursos Humanos. Sendo assim a NOB- RH/SUAS trouxe orientações essenciais sobre a gestão do trabalho no SUAS.

Em linhas gerais, tais orientações estabelecem as responsabilidades de cada ente federado (Estados, Municípios, Distrito Federal e União) no que diz respeito à organização dos processos de trabalho necessários ao funcionamento do SUAS, destacando-se:

* educação permanente;
* desprecarização do trabalho;
* avaliação de desempenho;
* adequação dos perfis profissionais às necessidades do SUAS;
* processos de negociação do trabalho;
* sistemas de informação e planos de carreira, cargos e salários, entre outros aspectos.

## **CONCEITO DE EQUIPES DE REFERÊNCIA**

Na rotina de trabalho, gestores e técnicos comumente utilizam o termo equipe mínima para se referir às equipes de referência. A utilização do termo, está associada à presença de profissionais de serviço social e psicologia que atuam nos equipamentos de proteção social básica e especial, sem considerar o que está regulamentado na NOB – RH /SUAS.

A referida norma traz o conceito de equipes de referência como sendo:

*“aquelas constituídas por servidores efetivos responsáveis pela organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial,****levando-se em consideração o número de famílias e indivíduos referenciados, o tipo de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas aos usuários”.***

Logo, a oferta dos serviços socioassistenciais deve ser continuada, de forma a garantir a acolhida do usuário, a preservação de seus vínculos familiares e comunitários, bem como o desenvolvimento de suas potencialidades.

Assim sendo, as equipes de referência são constituídas por um número de profissionais capazes de identificar riscos e vulnerabilidades da população dentro de um determinado território e direcionar suas intervenções com o objetivo de consolidar a proteção social para quem dela necessitar

Se o município não tem uma equipe de referência conforme preconizado pela NOB – RH/SUAS, mas somente o que é chamado de equipe mínima (assistente social e psicólogo), a oferta dos serviços socioassistenciais dentro daquele território estará prejudicada.

Ser referência em proteção social diz respeito ao oferecimento de acolhida e atendimento no serviço sempre que o usuário necessitar, indicando as intervenções a serem realizadas, vislumbrando onde estamos e onde queremos chegar.

É importante conhecermos a diferença do termo referência utilizado no conceito de equipes de referência e o mesmo termo no conceito famílias referenciadas.

### **O QUE SÃO FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS REFERENCIADOS?**

De acordo com a NOB-SUAS/2005, família referenciada é “aquela que vive em áreas caracterizadas como de vulnerabilidade, definidas a partir de indicadores estabelecidos por órgão federal, pactuados e deliberados.”

Contudo, determinadas famílias e indivíduos que demandam proteção social em algum momento da vida, podem ser entendidos como família referenciada, mesmo que estejam fora do território atendido em caráter permanente.

Essa situação é bastante comum em municípios de pequeno porte que possuem, por exemplo, somente uma unidade de proteção social básica (CRAS).

Nestes casos, uma única equipe de referência é responsável por atender famílias e indivíduos referenciados não somente no território de abrangência do CRAS, mas também fora deste.

Assim, compreendemos que as equipes devem ser referência de proteção para as famílias, quando essas necessitarem. E dessa forma, estão então referenciadas ao CRAS. Ou seja, tem a certeza de que se precisarem terão uma equipe em quantidade suficiente e qualificada para atendê-las.

# COMPOSIÇÃO DAS EQUIPES DE REFERÊNCIA E NÍVEIS DE PROTEÇÃO SOCIAL

A quantidade de profissionais para compor as equipes de referência deve considerar a quantidade de famílias referenciadas no território.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Pequeno Porte I** | **Pequeno Porte II** | **Médio, Grande, Metrópole e Distrito Federal** |
| até 2.500 famílias referenciadas  | até 3.500 famílias referenciadas | a cada 5.000 famílias referenciadas |
| 2 técnicos de nível superior, sendo 1 assistente social e o outro, obrigatoriamente, psicólogo; | 3 técnicos de nível superior, sendo 2 assistentes sociais e, obrigatoriamente1 psicólogo; | 4 técnicos de nível superior, sendo 2 assistentes sociais, 1 psicólogo e 1 profissional que compõe o SUAS; |
| 2 técnicos de nível médio. | 3 técnicos de nível médio. | 4 técnicos de nível médio.  |

Com as alterações da Resolução nº17 de 20 de junho de 2011, os profissionais de psicologia passaram a integrar, obrigatoriamente as equipes de referência do SUAS na proteção social básica a saber:

A resolução aponta ainda, quais profissionais podem, preferencialmente, atender as especificidades dos serviços socioassistenciais: antropólogo, economista doméstico, pedagogo e sociólogo.

Já a equipe de referência da proteção social especial de média complexidade, devem contar com os seguintes profissionais, também considerando a quantidade de famílias referenciadas:



*Fonte: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\_social/Normativas/NOB-RH\_SUAS\_Anotada\_Comentada.pdf*

É importante destacar também a Resolução nº 09 de 15 de abril de 2014, que ratifica e reconhece as ocupações profissionais de ensino médio e fundamental no SUAS, em consonância com a NOB – RH.

Estes profissionais, assim como os de nível superior, integram as equipes de referência e, desempenham funções ou atribuições destinadas à realização da gestão, do controle social, do provimento dos serviços, programas, projetos, benefícios, transferência de renda e do Cadastro Único.

O trabalho da equipe de referência é pautado na oferta de atenção integral às famílias e indivíduos, através do CRAS/PAIF no âmbito da proteção social básica e do CREAS/PAEFI no âmbito da proteção social especial.

O trabalho social com famílias no PAIF tem o objetivo de prevenir situações de risco e violação de direitos, fortalecer os vínculos familiares e comunitários, bem como garantir o acesso da população à benefícios eventuais e de transferência de renda.

Nos casos em que ocorrem violações de direitos (violências diversas, negligência, abuso sexual, maus tratos, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto), o PAEFI direciona suas ações para a superação dessas situações no escopo da média complexidade.

Existem situações de violação de direitos, em que os indivíduos já não possuem mais nenhum vínculo familiar. Ou situações que, para a preservação da integridade física e/ou mental da vítima de violência será necessário o afastamento desta de seu convívio familiar/comunitário, ocasionando rompimento momentâneo (ou até mesmo definitivo) de tais vínculos.

Logo, a proteção social especial de alta complexidade oferece atendimento integral e ininterrupto (acolhida, moradia, alimentação) para crianças, adolescentes e adultos, nas seguintes modalidades: serviço de acolhimento institucional, em repúblicas, família acolhedora e proteção em situações de calamidade e emergência.

# O PAPEL DOS GESTORES NA GARANTIA DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS

Garantir a composição das equipes de referência conforme preconizado na NOB – RH/SUAS, torna-se um desafio para os gestores municipais, principalmente em municípios de pequeno porte.

A falta de estrutura do órgão gestor, a precarização dos contratos de trabalho e o desconhecimento das normativas que regem o SUAS por parte dos gestores, faz com que os serviços socioassistenciais tenham sua oferta prejudicada.

A NOB – RH/ SUAS prevê a realização de concurso público, a construção de plano de carreiras, cargos e salários, bem como a capacitação constante das equipes de referência para lidar com os desdobramentos da questão social.

Para tanto, é essencial que a gestão da assistência social, a administração municipal e seu setor jurídico, concentrem seus esforços no cumprimento de tais premissas, para que o assistencialismo possa ser definitivamente substituído pela oferta da assistência social na lógica do direito.

Os trabalhadores do SUAS, em sua maioria, não contam com plano de carreiras, cargos e salários específicos como acontece com a saúde e a educação e, são inseridos no quadro da administração geral.

Outros, são contratados através de processos seletivos com tempo determinado, prejudicando a construção da referência entre profissional e usuário, dada a rotatividade no quadro de pessoal.

Logo, a oferta qualificada de serviços socioassistenciais está estreitamente relacionada ao cumprimento das diretrizes da NOB – RH/SUAS por parte dos gestores municipais, no que diz respeito à composição das equipes de referência.

# ESTUDO TÉCNICO SOBRE MÃO DE OBRA NECESSÁRIA PARA O ATENDIMENTO A POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Um estudo da mão de obra necessária para a Política Municipal de Assistência Social em Itaipulândia, PR, deve analisar a quantidade e a qualificação dos profissionais necessários para atender a demanda da população em situação de vulnerabilidade. Isso inclui assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, trabalhadores sociais e outros profissionais. O estudo também deve considerar a estrutura da rede de serviços de assistência social, como os CRAS, os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e as unidades de atendimento especializado, para identificar as necessidades de recursos humanos para cada tipo de serviço.

## DIAGNÓSTICO DA POPULAÇÃO

**LOCALIZAÇÃO**





LIMITES DO MUNICÍPIO

FONTE: IPARDES

NOTA: Base Cartográfica ITCG (2010).

POPULAÇÃO ESTIMADA - 2024

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| População Estimada | 11.984 | habitantes |

FONTE: IBGE

ÁREA TERRITORIAL - 2024

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| TERRITÓRIO | INFORMAÇÃO | UNIDADE |
| Área territorial | 329,386 | km² |

FONTE: IAT

## **DADOS ESTATÍSTICOS RELEVANTES**

continuação

POPULAÇÃO CENSITÁRIA SEGUNDO FAIXA ETÁRIA E SEXO - 2022

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| FAIXA ETÁRIA (anos) | MASCULINA | FEMININA | TOTAL |
| Com até 14 | 1.275 | 1.197 | 2.472 |
| - Menores de 1 ano | 79 | 73 | 152 |
| - De 1 a 4 | 353 | 315 | 668 |
| De 1 | 81 | 74 | 155 |
| De 2 | 78 | 70 | 148 |
| De 3 | 92 | 94 | 186 |
| De 4 | 102 | 77 | 179 |
| - De 5 a 9 | 439 | 403 | 842 |
| De 5 | 76 | 90 | 166 |
| De 6 | 74 | 78 | 152 |
| De 7 | 94 | 79 | 173 |
| De 8 | 103 | 81 | 184 |
| De 9 | 92 | 75 | 167 |
| - De 10 a 14 | 404 | 406 | 810 |
| De 10 | 77 | 86 | 163 |
| De 11 | 91 | 85 | 176 |
| De 12 | 86 | 77 | 163 |
| De 13 | 74 | 79 | 153 |
| De 14 | 76 | 79 | 155 |
| De 15 a 64 | 3.884 | 3.911 | 7.795 |
| - De 15 a 19 | 405 | 408 | 813 |
| De 15 | 72 | 66 | 138 |
| De 16 | 88 | 85 | 173 |
| De 17 | 68 | 94 | 162 |
| De 18 | 100 | 84 | 184 |
| De 19 | 77 | 79 | 156 |
| - De 20 a 24 | 463 | 433 | 896 |
| - De 25 a 29 | 463 | 455 | 918 |
| - De 30 a 34 | 432 | 437 | 869 |
| - De 35 a 39 | 364 | 442 | 806 |

continuação

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| FAIXA ETÁRIA (anos) | MASCULINA | FEMININA | TOTAL |
| - De 40 a 44 | 419 | 383 | 802 |
| - De 45 a 49 | 388 | 397 | 785 |
| - De 50 a 54 | 372 | 349 | 721 |
| - De 55 a 59 | 329 | 314 | 643 |
| - De 60 a 64 | 249 | 293 | 542 |
| De 65 anos e mais | 565 | 653 | 1.218 |
| - De 65 a 69 | 221 | 226 | 447 |
| - De 70 a 74 | 162 | 171 | 333 |
| - De 75 a 79 | 108 | 133 | 241 |
| - De 80 anos e mais | 74 | 123 | 197 |
| TOTAL | 5.724 | 5.761 | 11.485 |

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

POPULAÇÃO CENSITÁRIA SEGUNDO TIPO DE DOMICÍLIO E SEXO - 2022

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| TIPO DE DOMICÍLIO | MASCULINA | FEMININA | TOTAL |
| Urbano |  |  | 8.117 |
| Rural |  |  | 3.368 |
| TOTAL | 5.724 | 5.761 | 11.485 |

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

POPULAÇÃO CENSITÁRIA SEGUNDO COR / RAÇA - 2022

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| COR / RAÇA | POPULAÇÃO | COR / RAÇA | POPULAÇÃO |
| Branca | 7.373 | Indígena | 212 |
| Preta | 365 | Sem declaração | - |
| Amarela | 28 |  |  |
| Parda | 3.507 | TOTAL | 11.485 |

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

POPULAÇÃO CENSITÁRIA SEGUNDO TIPO DE DEFICIÊNCIA - 2010

|  |  |
| --- | --- |
| TIPO DE DEFICIÊNCIA | POPULAÇÃO |
| Pelo menos uma das deficiências investigadas (1) | 1.596 |
| Visual | 1.135 |
| Auditiva | 509 |
| Física e/ou motora | 458 |
| Mental e/ou intelectual | 61 |

FONTE: IBGE - Censo Demográfico - Dados da amostra

MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA SEGUNDO A MODALIDADE DE ENSINO E A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - 2024

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| MODALIDADE DE ENSINO | FEDERAL | ESTADUAL | MUNICIPAL | PARTICULAR | TOTAL |
| Educação infantil | - | 7 | 861 | - | 868 |
| Creche | - | - | 490 | - | 490 |
| Pré-escolar | - | 7 | 371 | - | 378 |
| Ensino fundamental | - | 675 | 911 | - | 1.586 |
| Ensino médio | - | 334 | - | - | 334 |
| Educação profissional | - | 105 | - | - | 105 |
| Educação especial - classes exclusivas | - | - | 43 | - | 43 |
| Educação de jovens e adultos (EJA) | - | - | 31 | - | 31 |
| Ensino fundamental | - | - | 31 | - | 31 |
| Ensino médio | - | - | - | - | - |
| TOTAL | - | 1.016 | 1.803 | - | 2.819 |

FONTE: MEC/INEP

NOTA: O soma das parcelas pode divergir do total do Estado em razão de que um aluno pode estar matriculado em mais de uma modalidade de ensino, conforme a Sinopse Estatística da Educação Básica, divulgada pela fonte (INEP).

RECEITAS MUNICIPAIS SEGUNDO AS CATEGORIAS - 2023

|  |  |
| --- | --- |
| CATEGORIAS | VALOR (R$ 1,00) |
| Receitas correntes | 207.842.778,24 |
| Receitas de capital | 1.927.432,25 |
| TOTAL | 209.770.210,51 |

FONTE: STN/SICONFI

NOTAS: Dados sujeitos à alteração pela fonte.

São consideradas as receitas menos as deduções (FUNDEB, Transferências Constitucionais e Outras Deduções).

DESPESAS MUNICIPAIS POR FUNÇÃO - 2023

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| FUNÇÃO (1) | VALOR (R$ 1,00) | FUNÇÃO (1) | VALOR (R$ 1,00) |
| INTRAORÇAMENTÁRIA | - | Urbanismo | 3.434.547,66 |
| TOTAL (Exceto intraorçamentária) | 188.244.552,00 | Habitação | 11.250.643,37 |
| Legislativa | 3.094.968,38 | Saneamento | 128.408,50 |
| Judiciária | - | Gestão ambiental | 2.585.379,38 |
| Essencial à justiça | 749,92 | Ciência e tecnologia | - |
| Administração | 30.786.145,52 | Agricultura | 18.341.713,40 |
| Defesa nacional | - | Organização agrária | - |
| Segurança pública | - | Indústria | 1.505.119,25 |
| Relações exteriores | - | Comércio e serviços | 6.512.463,88 |
| Assistência social | 6.949.208,33 | Comunicações | - |
| Previdência social | 2.021.730,29 | Energia | 14.344.722,39 |

continuação

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| FUNÇÃO (1) | VALOR (R$ 1,00) | FUNÇÃO (1) | VALOR (R$ 1,00) |
| Saúde Trabalho Educação CulturaDireitos da cidadania | 35.759.216,34- 43.030.913,351.386.493,31- | Transporte Desporto e lazer Encargos especiaisTOTAL GERAL | 2.843.003,571.910.989,562.358.135,58188.244.552,00 |

NÚMERO DE DOMICÍLIOS RECENSEADOS SEGUNDO TIPO E USO - 2022

|  |  |
| --- | --- |
| TIPO DE DOMICÍLIO RECENSEADO | TOTAL |
| Particular | 4.589 |
| Particular Permanente | 4.586 |
| Ocupado | 4.120 |
| Não Ocupado | 466 |
| Uso Ocasional | 167 |
| Vago | 299 |
| Particular Improvisado | 3 |
| Coletivo | 1 |
| TOTAL | 4.590 |

FONTE: IBGE - Censo Demográfico - Dados do Universo

CRIMES - 2024

|  |  |
| --- | --- |
| TIPO DE CRIME | NÚMERO |
| Armas de fogo apreendidas | 2 |
| Crimes de ameaça | 98 |
| Crimes de estelionato | 114 |
| Crimes de estupro | 10 |
| Crimes de furto | 84 |
| Crimes de lesão corporal | 78 |
| Crimes de roubo | 7 |
| Furtos de veículos | 4 |
| Ocorrências envolvendo tráfico de drogas | - |
| Ocorrências envolvendo uso/consumo de drogas | 1 |
| Perturbação do sossego/tranquilidade | 30 |
| Roubos de veículos | - |

FONTE: SESP

MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS - 2024

|  |  |
| --- | --- |
| TIPO DE MORTE | NÚMERO |
| Vítimas de Homicídio Doloso (1) | 2 |
| Vítimas de Roubo com Resultado de Morte (Latrocínio) | - |
| Vítimas de Lesão Corporal com Resultado de Morte | - |
| Vítimas de Feminicídio | - |
| Vítimas de Homicídio Doloso no Trânsito | - |

FONTE: SESP

(1) Nesta categoria estão incluídos os feminicídios e os homicídios dolosos no trânsito.

VIOLÊNCIA - 2024

|  |  |
| --- | --- |
| TIPO DE VIOLÊNCIA | NÚMERO |
| Violência contra a mulher | 213 |
| Violência doméstica | 82 |
| Violência doméstica contra a mulher | 75 |
| Violência sexual | 13 |

FONTE: SESP

POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA (PIA), ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA) E OCUPADA POR TIPO DE DOMICÍLIO, SEXO E FAIXA ETÁRIA - 2010

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| INFORMAÇÕES | PIA (10 anos e mais) | PEA (10 anos e mais) | POPULAÇÃO OCUPADA |
| TIPO DE DOMICÍLIO |  |  |  |
| Urbano | 4.100 | 2.559 | 2.420 |
| Rural | 3.695 | 2.502 | 2.426 |
| SEXO |  |  |  |
| Masculino | 3.914 | 2.859 | 2.782 |
| Feminino | 3.881 | 2.201 | 2.063 |
| FAIXA ETÁRIA (anos) |  |  |  |
| De 10 a 14 | 838 | 70 | 54 |
| De 15 a 17 | 564 | 248 | 209 |
| De 18 a 24 | 1.084 | 895 | 862 |
| De 25 a 29 | 745 | 672 | 636 |
| De 30 a 39 | 1.421 | 1.222 | 1.181 |
| De 40 a 49 | 1.249 | 1.093 | 1.071 |
| De 50 a 59 | 839 | 606 | 588 |
| De 60 ou mais | 839 | 254 | 247 |
| TOTAL | 7.796 | 5.061 | 4.845 |

FONTE: IBGE - Censo Demográfico - Dados da amostra

NOTA: A soma das informações por tipo de domicílio, sexo e/ou faixa etária, podem diferir do total.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDHM) - 2010

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| INFORMAÇÃO | ÍNDICE (1) | UNIDADE |
| Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) | 0,738 |  |
| IDHM - Longevidade | 0,848 |  |
| Esperança de vida ao nascer | 75,87 | anos |
| IDHM - Educação | 0,608 |  |
| Escolaridade da população adulta | 0,46 |  |
| Fluxo escolar da população jovem (Frequência escolar) | 0,69 |  |
| IDHM - Renda | 0,779 |  |
| Renda per capita | 1.019,87 | R$ 1,00 |
| Classificação na unidade da federação | 62 |  |
| Classificação nacional | 823 |  |

FONTE: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil -

RENDA MÉDIA DOMICILIAR PER CAPITA

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Renda Média Domiciliar per Capita | 1.011,20 | R$ 1,00 |

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

TAXA DE ALFABETIZAÇÃO SEGUNDO FAIXA ETÁRIA - 2022

|  |  |
| --- | --- |
| FAIXA ETÁRIA (anos) | TAXA (%) |
| De 15 ou mais | 92,81 |
| De 15 a 19 | 99,75 |
| De 20 a 24 | 99,11 |
| De 25 a 34 | 97,99 |
| De 35 a 44 | 96,58 |
| De 45 a 54 | 91,90 |

continuação

|  |  |
| --- | --- |
| FAIXA ETÁRIA (anos) | TAXA (%) |
| De 55 a 64 | 85,82 |
| De 65 e mais | 78,90 |

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

NOTA: Consideraram-se como pessoa alfabetizada a pessoa que sabe ler e escrever pelo menos um bilhete simples ou uma lista de compras, no idioma que conhece, independente.

Diante a análise dos dados acima é possível perceber que no município vivem atualmente hoje cerca de 11.984 pessoas destas 2.472 com idade até 14 anos e 1.760 pessoas com mais de 60 anos de idade, além de uma população indígena de cerca de 212 pessoas. Porém apesar de um contingente de menos de 20 mil habitantes os números em relação a pobreza/renda familiar atualmente contamos com cerca de 2.567 famílias cadastradas no Cadastro Único do governo Federal e destas cerca de 1500 possui renda familiar de mais de um salário mínimo ou seja o município possui um índice de pobreza de cerca de 30% segundo os dados apresentados.

 Outro número preocupante trata-se do índice de criminalidade pois, em 2024 foram registrados nas Polícias Civil e Polícia Militar 426 Boletins de Ocorrências destes crimes, tem-se registros homicídio, estupro, ameaça e lesão corporal. O número de violência doméstica foi de 75 casos, violência contra mulher 213 casos e 13 casos de violência sexual.

Itaipulândia, como parte da região de fronteira com o Paraguai, apresenta um índice de criminalidade mais elevado que a média estadual. Em particular, a taxa de homicídios é consideravelmente alta. Cidades na fronteira com o Paraguai, incluindo Itaipulândia, tiveram taxas de homicídios significativamente mais altas em comparação com a média do estado do Paraná em 2010. Por exemplo, a taxa em municípios ribeirinhos ao Lago de Itaipu foi de 62,2 homicídios por 100 mil habitantes, quase o dobro da taxa estadual de 34,4.

A região de fronteira também é afetada por outros crimes, como tráfico de drogas e outros delitos relacionados à criminalidade organizada, que frequentemente utilizam portos clandestinos para suas atividades.

Outra situação que não aparece nos estudos diz respeito aos casos de migrantes do país vizinho Paraguai, que preocupa e superlota as Políticas Municipais de Assistência Social, Saúde e Educação.

# Análise da rede de serviços

Os serviços socioassistenciais do SUAS, ou Sistema Único de Assistência Social, abrangem uma ampla gama de ações e atendimentos destinados a pessoas em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de garantir direitos e fortalecer a convivência familiar e comunitária. Estes serviços visam desde a proteção básica à proteção especial, atendendo a diversas necessidades e grupos, como famílias, crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e pessoas em situação de rua.

##  Proteção Social Básica

01 CRAS localizado no centro da Cidade.

Serviços ofertados no CRAS atualmente:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Serviço**  | **Capacidade em Famílias** | **Demanda de Atendimentos** |
| PAIF | 400 | 322 |
| SCFV crianças e adolescentes | 280 | 250 |
| SCFV idosos | 800 | 764 |
| **Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas:** | 20 | 10 |
| Benefício Eventuais  | 400 | 450 |
| Outros atendimentos de orientação acolhida e encaminhamentos | 600 | 300 |

**Demanda de Atendimento Mensal: 2.096 Famílias**

##

## Proteção Social Especial de Media e Alta Complexidade.

**Dados Relativos ao ano de 2024**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **SERVIÇO** | **EQUIPE ESPECÍFICA** | **EQUIPE COMPARTILHADA/ÚNICA[[1]](#footnote-1)[[2]](#endnote-1)** | **Nº DE ATENDIMENTOS** |
| Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos que tiveram seus direitos violados | **Não** | **Sim** | **96** |
| Serviço de Proteção Social a adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação à Comunidade | **Não** | **Sim** | **02** |
| Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosa e suas Famílias | **Não** | **Sim** | **08** |
| Serviço Especializado para Pessoas em situação de Rua | **Não** | **Sim** | **06** |
| Liberdade Cidadã | **Não** | **Sim** | **08** |
| PETI | **Não** | **Sim** | **0** |
| Acolhimento Familiar Para Crianças e Adolescentes | **Não** | **Sim** | **20** |
| Acolhimento Institucional Para Crianças e Adolescentes, idosos e Mulheres em situação de violência.[[3]](#footnote-2) | **Não** | **Sim** | **02** |
| Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas para Famílias e indivíduos | **Não** | **Sim** | **100** |
| Adolescente em conflito com a lei privado da liberdade | **Não** | **Sim** | **02** |

# EQUIPE DE PROFISSIONAIS ATUAL ATENDENDO NA POLÍTICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ITAIPULÂNDIA:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **QUANTIDADE** | **FUNÇÃO/CARGO** | **CARGA HORÁRIA** | * **FORMA DE CONTRATAÇÃO**
 |
| 01 | **GESTOR DA POL. DE ASSISTÊNCIA:** O gestor de assistência social é responsável por gerir os recursos humanos, materiais e financeiros da área, além de coordenar e executar as ações socioassistenciais. Responsabilidades do gestor de assistência social * Garantir a infraestrutura necessária para o funcionamento dos CMAS
* Organizar e qualificar a gestão do Fundo de Assistência Social
* Planejar, organizar e controlar o uso dos recursos
* Garantir direitos de grupos populacionais em situação de risco e de violação de direitos
* Proteger as camadas mais vulneráveis da sociedade
* Abordar questões relacionadas à saúde, moradia, educação e emprego
 | 40 horas | * Cargo em Comissão
 |
| 02 | **AUXILIAR ADMINISTRATIVO**: responsável pela função administrativa da Secretaria, Compras, Contratos etc.Principais Funções:* Organizar e planear as demandas diárias
* Controlar estoques
* Elaborar relatórios
* Atualizar planilhas
* Manter bancos de dados, sistemas de arquivamento eletrônico e registros
* Agendar reuniões
* Avaliar processos, fluxos de trabalho e resultados
* Participar de reuniões de equipe para planear atividades
* Participar de atividades de capacitação e formação
 | 40 horas  | * Efetivo e Tercerizado
 |
| 01 | **Diretor de Departamento**: Principais funções* Orientar, coordenar e supervisionar os planos setoriais de programas sociais
* Promover a participação social nos processos de planejamento e avaliação de políticas públicas
* Conduzir processos de planejamento estratégico setorial
* Apoiar estratégias de mobilização social
* Garantir direitos de grupos populacionais em situação de risco e de violação de direitos
* Planejar, implementar e coordenar ações, projetos e programas voltados à inclusão social e econômica
* Planejar, implementar e coordenar ações, projetos e programas voltados à segurança alimentar e nutricional
 | 40 horas  | * Cargo em Comissão
 |
| 02  | **Chefes de Setor**: O chefe de setor é responsável por gerir e supervisionar as atividades de um setor, contribuindo para o sucesso da organização. Funções do chefe de setor * Supervisionar a equipe de funcionários
* Coordenar os serviços
* Organizar documentos e correspondências
* Controlar a rotina financeira
* Emitir e conferir notas fiscais
* Prestar contas
* Gerir a segurança no trabalho
* Supervisionar processos de seleção de pessoal
* Administrar materiais de consumo
* Administrar bens patrimoniais
 | 40 horas  | * Cargo em Comissão
 |
| 01 | **Assistente Social** : O assistente social no órgão gestor da assistência social atua na gestão, planejamento, avaliação e execução de programas e projetos sociais. Atribuições * Realizar atendimentos individuais, familiares e em grupo
* Visitar domiciliares
* Encaminhar usuários para a rede socioassistencial
* Orientar socialmente e juridicamente
* Alimentar sistemas de informação
* Participar de reuniões de planejamento, monitoramento e avaliação
* Participar de capacitações e formações continuadas
* Organizar fluxos de informações e procedimentos
* Elaborar relatórios e controles
* Vigilância Socioassistencial
* Mobilizar e articular a comunidade
 | 40 horas | * Efetivo
 |
| 01 | **Motorista:** As funções de um motorista da prefeitura incluem dirigir e conservar veículos, transportar pessoas e cargas, e realizar manutenções básicas. Condução * Dirigir veículos da prefeitura, como automóveis, ônibus, caminhões, entre outros
* Transportar passageiros, cargas, bens e valores
* Conduzir veículos em trajetos determinados, seguindo as normas de trânsito
 | 40 horas | * Efetivo
 |
| 01 | **Recepcionista** A recepcionista da assistência social pode receber, orientar e encaminhar o público, além de realizar outras tarefas administrativas. Funções de recepção * Receber, orientar e encaminhar o público
* Controlar a entrada e saída de pessoas
* Anotar recados
* Registrar visitas e telefonemas recebidos
* Prestar informações
 | 40 horas | * Terceirizada
 |
| 01  | **Zeladora:** * Limpeza e conservação
* Manutenção de infraestruturas
* Combate a pragas e vetores
* Gerenciamento de resíduos
* Segurança e vigilância
* Coleta de lixo
* Varrição
 | 40 horas | * Terceirizado
 |

## EQUIPE DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **QUANTIDADE** | **FUNÇÃO/CARGO** | **CARGA HORÁRIA** | **FORMA DE CONTRATAÇÃO** |
| 01 | AUXILIAR ADMINISTRATIVO: responsável pelo Cadastro Único, Bolsa Família e Programa Estadual Leite das Crianças.Principal Função. O Gestor Municipal é o profissional responsável direto pelo Bolsa Família e pelo Cadastro Único no município. É ele que faz a articulação entre as áreas de Assistência Social, Saúde, Educação e outras áreas, para viabilizar a gestão do Programa e do Cadastro Único, e é o principal interlocutor com o MDSA para o tema. Assim, o servidor indicado como Gestor Municipal do Bolsa Família e do Cadastro Único deve ter formação adequada, familiaridade com o tema e capacidade de gerência e de liderança. A mesma importância tem os responsáveis pelo Bolsa Família nas áreas de Saúde e de Educação.  | 40 horas  | Efetivo  |
| 01 | **Diretor de Departamento**: Coordenador de Convivência e Fortalecimento de Vínculo com os IdososPrincipal Função:Coordenar e integrar as políticas públicas locais, estabelecendo redes de articulação para promover e proteger os direitos da pessoa idosa. Isso implica em planejamento, organização, direcionamento, controle, monitoramento e avaliação dos compromissos firmados com a sociedade. | 40 horas  | Cargo em Comissão |
| 01  | **Chefes de Setor**: O chefe de setor é responsável por gerir e supervisionar as atividades de um setor, contribuindo para o sucesso da organização. Funções do chefe de setor * Supervisionar a equipe de funcionários
* Coordenar os serviços
* Organizar documentos e correspondências
* Controlar a rotina financeira
* Emitir e conferir notas fiscais
* Prestar contas
* Gerir a segurança no trabalho
* Supervisionar processos de seleção de pessoal
* Administrar materiais de consumo
* Administrar bens patrimoniais
 | 40 horas  | Cargo em Comissão |
| 01 | **Assistente Social :** **Principais atribuições*** Realizar atendimentos e acompanhamento social
* Identificar demandas e acompanhar famílias
* Elaborar, executar e monitorar projetos e programas sociais
* Intermediar entre os programas sociais
* Incluir famílias no Cadastro Único
* Orientar indivíduos, famílias, comunidade e instituições sobre direitos e deveres
* Realizar atendimentos individuais, familiares e em grupo;
 | 30 horas | Efetivo |
| 05 | **Educador Social:** No Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), o educador social atua na promoção de assistência social e educação de crianças, adolescentes, idosos, gestantes e familias. Suas funções incluem: * Garantir direitos
* Acolher socialmente
* Promover o acesso à educação
* Desenvolver ações de ressocialização
* Realizar atividades culturais, esportivas, recreativas e educativas
* Estimular a participação da comunidade
* Contribuir para a formação de pessoas em situação de vulnerabilidade
 | 40 horas | Terceirizados |
| 01  | **Assistente Social; Coordenador do CRAS**O coordenador do CRAS é o responsável por gerir as atividades desenvolvidas nesse equipamento de proteção social básica. Suas principais atribuições incluem:1. **Planejamento e Execução de Ações:**
	* Elaborar e implementar o plano de trabalho anual do CRAS.
	* Garantir que as atividades e serviços estejam alinhados com as diretrizes do SUAS e as demandas da comunidade atendida.
2. [**Gestão**](https://ymera.com.br/como-e-a-gestao-do-suas/)**de Equipe:**
	* Coordenar a equipe técnica e administrativa, promovendo capacitações e supervisões periódicas.
	* Assegurar um ambiente de trabalho colaborativo e produtivo.
3. **Acompanhamento e Avaliação:**
	* Monitorar os indicadores de desempenho do CRAS.
	* Garantir que as famílias atendidas recebam os serviços necessários, como acompanhamento familiar e encaminhamentos para outras políticas públicas.
4. **Articulação Comunitária:**
	* Promover a integração do CRAS com outras organizações e serviços da rede de assistência social.
	* Estimular a participação da comunidade em atividades socioeducativas.
 | 40 horas  | Efetivo |
| 01 | **Psicólogo:** O psicólogo no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) atua na prevenção e atenção a situações de risco, promovendo a qualidade de vida e os direitos dos usuários. * Receber as famílias e orientá-las;
* Promover a coesão famílias e comunitária;
* Inserir as famílias nos seus direitos e valorizar as suas potencialidades;
* Eliminar negligências, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;
* Orientar as famílias e indivíduos para a busca de ações sociais;
* Desenvolver e Coordenar oficinas de diferentes temas;
* Promover a saúde e qualidade de vida das pessoas;

|  |  |
| --- | --- |
|  |  |
|  |  |

 | 40 horas  | Efetivo |
| 01 | **Chefes de Setor:** O chefe de setor com formação em Pedagogia responsável pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo com Crianças e adolescentes.coordenador do SCFV deve: * Estar presente no dia a dia da instituição
* Buscar que o SCFV seja um divisor de águas nas vidas das famílias atendidas pelo programa
* Fazer com que o que foi proposto aconteça realmente
* Orientar os Educadores Sociais
* Participar do Planejamento das Atividades
* Estreitar laços com os pais e responsáveis
* Realizar busca ativa
 | 40 horas | Comissionado |
| 01 | **Recepcionista**: A recepcionista da assistência social pode receber, orientar e encaminhar o público, além de realizar outras tarefas administrativas. Funções de recepção * Receber, orientar e encaminhar o público
* Controlar a entrada e saída de pessoas
* Anotar recados
* Registrar visitas e telefonemas recebidos
* Prestar informações
 | 40 horas | Terceirizada |
| 01  | **Zeladora:** * Limpeza e conservação
* Manutenção de infraestruturas
* Combate a pragas e vetores
* Gerenciamento de resíduos
* Segurança e vigilância
* Coleta de lixo
* Varrição
 | 40 horas | Terceirizado |

## EQUIPE DE PROFISSIONAIS MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  **QUANTIDADE** | **FUNÇÃO/CARGO** | **CARGA HORÁRIA** | **FORMA DE CONTRATAÇÃO** |
| 01 | **Assistente Social** A assistente social da Proteção Social Especial atende pessoas e famílias em situação de risco social, orientando-os sobre direitos e deveres, e encaminhando-os para serviços e recursos sociais. Principais funções* Identificar, acolher e acompanhar pessoas em situação de vulnerabilidade;
* Garantir o acesso a serviços necessários;
* Promover a reintegração social;
* Orientar sobre direitos e deveres;
* Esclarecer dúvidas sobre rotinas da instituição;
* Assessorar na otimização do uso de recursos;
* Orientar sobre acesso a direitos instituídos;
* Orientar sobre serviços e recursos sociais;
* Orientar sobre normas, códigos e legislação;
* Orientar sobre processos, procedimentos e técnicas;
* Acompanha as famílias e indivíduos em situação de risco
* Monitora e avalia os resultados das intervenções realizadas
* Prepara relatórios para órgãos competentes
 | 30 horas | Efetivo  |
| 01 | **Psicólogo** atua acolhendo, orientando e acompanhando famílias e indivíduos em situação de risco ou violação de direitos. O objetivo é fortalecer vínculos familiares e comunitários, e promover a proteção das famílias. Principais funções do psicólogo na PSE: * Promover a proteção de famílias em situação de risco
* Fortalecer vínculos familiares, comunitários e sociais
* Acolher e ouvir indivíduos e famílias em situação de risco
* Orientar indivíduos e famílias em situação de risco
* Promover grupos de apoio
* Interromper padrões de relacionamento familiares e comunitários que violem direitos
* Potencializar recursos para superação de situações vivenciadas
* Aceder a direitos socioassistenciais e à rede de proteção
* Desenvolver ações em prol dos direitos humanos
 | 40 horas | Efetivo |
| 01  | Advogado * Defesa de direitos
* Identifica violações de direitos
* Recebe e encaminha denúncias de violência
* Atua em parceria com o Ministério Público e a Defensoria Pública
* Propõe atos e normas para facilitar o acesso aos direitos sociais

Mediação de conflitos Auxilia na resolução de conflitos familiares ou comunitários, Promove soluções extrajudiciais. Articulação com a rede de proteção * Trabalha em conjunto com equipes multiprofissionais, como assistentes sociais e psicólogos
* Acompanha usuários em Delegacias e Fóruns

Capacitação e sensibilização * Realiza palestras e oficinas sobre temas legais

O advogado deve estar em constante formação e comprometido com um atendimento de qualidade. Deve também: * Ser capaz de responder às demandas dos usuários
* Encaminhar os usuários para outros órgãos competentes
* Acompanhar/monitorar os procedimentos judiciais e extrajudiciais
* Interlocução em demandas que envolvam órgãos pertencentes ao Sistema de Justiça
 | 20 horas | Efetivo |

#  Cálculo da demanda por Equipe:

**Proteção Social Básica**

**Município de Pequeno Porte I**

|  |  |
| --- | --- |
| **N º de Famílias Atendidas na PSB de Itaipulândia** | **Capacidade segundo NOB RH Suas**  |
| **2.096** | **2.500** |

NOB

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Pequeno Porte I** | **Pequeno Porte II** | **Médio, Grande, Metrópole e DF** |
| Até 2.500 famílias referenciadas | Até 3.500 famílias referenciadas | A cada 5.000 famílias referenciadas |
| 2 técnicos de nível superior, sendo um profissional assistente social e outro preferencial-mente psicólogo. | 3 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais e preferencialmen-te um psicólogo. | 4 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõe o SUAS. |
| 2 técnicos de nível médio | 3 técnicos nível médio | 4 técnicos de nível médio |

Equipes segundo a NOB RH SUAS

CREAS

|  |  |
| --- | --- |
| **Municípios em Gestão Inicial e Básica** | **Municípios em Gestão Plena****e Estados com Serviços Regionais** |
| **Capacidade de atendimento de 50 pessoas/indivíduos** | **Capacidade de atendimento de 80 pessoas/indivíduos** |
| 1 coordenador | 1 coordenador |
| 1 assistente social | 2 assistentes sociais |
| 1 psicólogo | 2 psicólogos |
| 1 advogado | 1 advogado |
| 2 profissionais de nível superior ou médio (abordagem dos usuários) | 4 profissionais de nível superior ou médio (abordagem dos usuários) |
| 1 auxiliar administrativo | 2 auxiliares administrativos |

FAMILIA ACOLHEDORA

Equipe de Referência para atendimento psicossocial, vinculada ao órgão gestor:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PROFISSIONAL / FUNCÃO** | **ESCOLARIDADE** | **QUANTIDADE** |
| **Coordenador** | nível superior | 1 profissional referenciado para até 45 usuários acolhidos. |
| **Assistente Social** | nível superior | 1 profissional para acompanhamento de até 15 famílias acolhedoras e atendimento a até 15 famílias de origem dos usuários atendidos nesta modalidade. |
| **Psicólogo** | nível superior | 1 profissional para acompanhamento de até 15 famílias acolhedoras e atendimento a até 15 famílias de origem dos usuários atendidos nesta modalidade. |

Equipe de referência para atendimento direto:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PROFISSIONAL****/ FUNÇÃO** | **ESCOLARIDADE** | **QUANTIDADE** |
| **Coordenador** | nível superior ou médio | 1 profissional referenciado para até 20 usuários acolhidos em, no máximo, 2 equipamentos |
| **Cuidador** | nível médio e qualificação específica | 1 profissional para até 10 usuários, por turno. A quantidade de cuidador por usuário deverá ser aumentada quando houver usuários quedemandem atenção específica (com deficiência, com necessidades específicas de saúde, pessoas soropositivas, idade inferior a um ano, pessoa idosa com Grau de Dependência II ou III, dentre outros). Para tanto, deverá ser adotada a seguinte relação:1. 1 cuidador para cada 8 usuários, quando houver 1 usuário com demandas específicas;
2. 1 cuidador para cada 6 usuários, quando houver 2 ou mais usuários com demandas específicas.
 |
| **Auxiliar Cuidador** | nível fundamental e qualificação específica | 1 profissional para até 10 usuários, por turno. A quantidade de cuidador usuário deverá ser aumentada quando houver usuáriosque demandem atenção específica (com deficiência, com necessidades específicas de saúde, pessoas soropositivas, idade inferior a um ano, pessoa idosa com Grau de Dependência II ou III, dentre outros). Paratanto, deverá ser adotada a seguinte relação:1. 1 auxiliar de cuidador para cada 8 usuários, quando houver 1 usuário com demandas específicas;
2. 1 auxiliar de cuidador para cada 6 usuários, quando houver 2 ou mais usuários com demandas específicas.
 |

Equipe de Referência para atendimento psicossocial, vinculada ao órgão gestor:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PROFISSIONAL / FUNÇÃO** | **ESCOLARIDADE** | **QUANTIDADE** |
| **Assistente Social** | nível superior | 1 profissional para atendimento a, no máximo, 20 usuários acolhidos em até dois equipamentos da altacomplexidade para pequenos grupos. |
| **Psicólogo** | nível superior | 1 profissional para atendimento a, no máximo, 20 usuários acolhidos em até dois equipamentos da altacomplexidade para pequenos grupos. |

Equipe de Referência para Atendimento Direto:

|  |  |
| --- | --- |
| **PROFISSIONAL / FUNCÃO** | **ESCOLARIDADE** |
| **1 Coordenador** | nível superior ou médio |
| **Cuidadores** | nível médio |
| **1 Assistente Social** | nível superior |
| **1 Psicólogo** | nível superior |
| **1 Profissional para desenvolvimento de atividades socioculturais** | nível superior |
| **Profissional de limpeza** | nível fundamental |
| **Profissional de alimentação** | nível fundamental |
| **Profissional de lavanderia** | nível fundamental |

# CONCLUSÃO

O arcabouço legal do SUAS é de grande importância para sua consolidação em todo o território nacional. Porém, a NOB – RH/SUAS assume um papel central ao definir o conceito de equipes de referência e explicitar quais profissionais compõem as equipes em cada nível de proteção.

Através da referida norma, a continuidade dos serviços socioassistenciais torna-se um direito da população em detrimento das práticas assistencialistas de outrora, ao mesmo tempo em que garante aos trabalhadores as condições necessárias para o pleno exercício de suas funções.

O uso do termo equipe mínima dentro da lógica do SUAS mostra-se equivocado e acaba por contribuir com a precarização do serviço prestado aos usuários da política de assistência social.

 Com o referido estudo que aponta a equipe mínima para cada um dos serviços prestados é possível afirmar que a equipe que atualmente atende a média e alta complexidade está com sobrecarga de trabalho já que desenvolve três serviços distintos com a mesma equipe acarretando na sobrecarga profissional e prejudicando a qualidade dos serviços prestados.

# REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016].

BRASIL. Resolução nº 145 de 15 de outubro de 2004. Aprova a Política Nacional de Assistência Social  – PNAS.

BRASIL. Resolução nº 269 de 13 de dezembro de 2006. Aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS.

BRASIL. Resolução nº 17 de 20 de junho de 2011.

BRASIL. Resolução nº 09 de 15 de abril de 2014.

<<https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/NOB-RH_SUAS_Anotada_Comentada.pdf> > Acesso em 20 de fevereiro de 2022.

<https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\_social/Normativas/NOB-RH\_SUAS\_Anotada\_Comentada.pdf> Acesso em 20 de fevereiro de 2022.

1. Equipe única formada Por um Psicólogo, um Assistente Social e um Advogado lotados e atendendo no órgão Gestor da Assistência Social. [↑](#footnote-ref-1)
2. [↑](#endnote-ref-1)
3. O Acolhimento/Instituição de acolhimento é terceirizado pelo Município através de Convênio. [↑](#footnote-ref-2)